

POLÍTICA LATENTE NA ÁFRICA DO SUL: A QUEDA DO *APARTHEID* E O FATOR PERSONALIDADE

Vadim Kurillo¹
Sifiso Mxolisi Ndlovu²



Introdução

O objetivo deste artigo é estudar o fenômeno da política latente na luta da África do Sul contra o *apartheid*, no período da segunda metade dos anos 1970 até o início dos anos 1990. Sua base metodológica inclui a teoria da política latente e a fundamentação filosófica de Hegel sobre o papel do indivíduo no processo histórico. O paradigma que é desenvolvido no artigo considera a política real como uma unidade orgânica de partes adicionais – escondidas (latentes) e evidentes (transparentes). O significado teórico ou empírico potencial do trabalho é o seguinte: no nível teórico – um desenvolvimento mais detalhado do conceito de “política latente” e seu uso; e no nível empírico – uma pesquisa aplicada em material específico de arquivo, testemunhos de história oral registrada, discursos políticos e documentos que confirmam a validade do paradigma proposto que se concentra na política latente. Também argumentamos que a política latente não é apenas a atividade de inteligência e serviços especiais, mas também inclui muitas outras ações e fenômenos não observados ou ocultos na sociedade.

Sobre o fenômeno da política latente na ciência política, o trabalho de Vadim Kurillo (2013), embora publicado em russo, oferece uma abordagem teórica geral, mas não se relaciona diretamente com as realidades da África do Sul; ele se concentra especificamente na Europa Oriental. O tema

¹ Departamento de Ciência Política, Petro Mohyla National University. Oblast, Ucrânia. E-mail: vadym.kurillo@chmnu.edu.ua.

² Faculdade de Pós-Graduação, University of South Africa. Pretória, África do Sul. E-mail: sifisondlovu@telkomsa.net. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0979-6802>.

sobre a queda do *apartheid* recebeu ampla cobertura em muitas publicações, incluindo as de Nancy Clark e William Worger (2013), Dedria Bryfonski e Alex Cruden (2010), Lindsay Eades (1999), Adrian Guelke (2005), Robert Harvey (2001), Ken Keable (2012), Robert Price (1991), Paula Pratt (1995), Liz Sonneborn (2010) e muitas outras. Estes trabalhos fornecem uma valiosa descrição histórica dos eventos, mas não se concentram em política latente e o seu papel na política sul-africana.

Entretanto, alguns desafios colocados pela política oculta e o fator personalidade são considerados nas obras de Niël Barnard (2015), Barry Gilder (2012), Ronnie Kasrils (1998), Ron Nixon (2016), Jacques Pauw (2017) e Allister Sparks (1995) – principalmente no formato de narrativas históricas. Além disso, Kevin O'Brien (2011) e James Sanders (2006) fazem um estudo extensivo dos serviços de inteligência da África do Sul, contudo, outros aspectos do processo político, incluindo o fator pessoal, não são cobertos. Isto é compreensível porque documentos de arquivo e fontes primárias sobre ações clandestinas e encobertas na África do Sul ou são mantidos em segredo, ou foram destruídos. Entre 1990 e 1994, grandes volumes de informação foram destruídos numa tentativa de manter os segredos do *apartheid* escondidos. Toda a documentação confiscada pela polícia de segurança de indivíduos e organizações contrárias ao *apartheid* foi destruída antes das eleições gerais de 1994 (TRC Report 1998). Sendo assim, os discursos dos líderes políticos, as publicações dos chefes dos serviços especiais, tanto do regime do *apartheid* quanto das forças de libertação, são de importância cardinal.

Sobre a política e a história da resistência, as várias publicações do South African Democracy Education Trust (SADET), *The Road to Democracy in South Africa*, as entrevistas de história oral e o material de arquivo coletado tanto pelo SADET Oral History Project (SOHP) quanto as gravadas por Padriag O'Malley, algumas realizadas na Fundação Nelson Mandela e os Arquivos Mayibuye na Universidade do Cabo Ocidental são usadas como fontes. De uma entrevista com Thabo Mbeki (ex-presidente da África do Sul) conduzida por Sifiso Mxolisi Ndlovu em Joanesburgo, 23 de fevereiro de 2011, em nome da SOHP, fica claro que Mbeki é da opinião de que a mudança política na África do Sul ocorreu principalmente por causa das dinâmicas internas que desafiaram a economia sul-africana; a mudança não foi necessariamente forjada por causa da queda da União Soviética ou mediante engajamento supostamente construtivo, seguido por certas potências Ocidentais durante a Guerra Fria. Como ele diz:

Estou dizendo que quando nós (o ANC) olhamos para coisas assim, com o presidente do Broederbond me dizendo que eles vão se livrar da legislação do *apartheid*, com o Ministro das Finanças dizendo que o *apartheid* é

inacessível, podemos ainda estar apegados a ele mas não podemos financiá-lo ... isto indicava que a mudança política estava chegando à África do Sul ... e de fato acrescenta ao que então aconteceu com a retirada da SADF de Angola levando aos processos que levaram à independência da Namíbia em 1990 ... Então, as mudanças na África do Sul aconteceram devido a pressões internas. Foi a questão sobre a sustentabilidade financeira do *apartheid* e da guerra em Angola, somada às lutas em massa que vêm ocorrendo internamente. Não foram as mudanças na União Soviética (Mbeki 2011, s/p, tradução nossa)³.

Sobre seu encontro com o diretor do Broederbond, Pieter de Lange, em Nova Iorque em 1986, Mbeki afirmou:

O diretor da Broederbond disse efetivamente que o *apartheid* deve ir. Ele me disse, se não tivéssemos chegado a este ponto até 1990, quando a África do Sul definitivamente teve que mudar, então isso significa que a África do Sul seria apanhada em uma terrível guerra civil que acabaria com a vida de muitas pessoas. Temos que resolver isto até 1990. [Ele disse que teríamos] que resolver este conflito até 1990 (Mbeki 2011, s/p, tradução nossa)⁴.

Na mesma entrevista em fevereiro de 2011, Thabo Mbeki indicou que ele informou a seus comitês sobre a reunião com Pieter de Lange quando retornou à base da ANC em Lusaka:

Com relação ao uso de testemunhos de história oral no estudo da luta contra o *apartheid* na África do Sul, concorda-se com Jeremy Seekings (2010, 7-28) que afirma que o desafio para os pesquisadores é integrar diferen-

3 No original: "I am saying when we (the ANC) looked at things like that, with the chairperson of the Broederbond saying to me they will get rid of apartheid legislation, with the Minister of Finance saying apartheid is unaffordable, we might still be attached to it but we cannot finance it ... this indicated that political change was coming to South Africa ... and indeed adds to what then happened with the pull-out of the SADF from Angola leading to the processes that led to the independence of Namibia in 1990 ... Then the changes in South Africa came about because of internal pressures. It was the question about the financial sustainability of apartheid and the war in Angola, add to that the mass struggles that have been taking place internally. It was not the changes in the Soviet Union (Mbeki 2011, s/p)."

4 No original: "The chairman of the Broederbond effectively said that apartheid must go. He said to me, if we had not arrived at this point by 1990, when South Africa definitely had to change, then it means South Africa will be caught in a terrible civil war which would claim the lives of many people. We must solve this thing by 1990. [He said that we would] have to resolve this conflict by 1990 (Mbeki 2011, s/p)."

tes vozes ou testemunhos em um quadro geral, enquanto reconhece que as vozes são incompletas; que algumas vozes em potencial provavelmente permanecerão em silêncio; e que dar sentido aos testemunhos de história oral requer ir além deles (Mbeki 2011, s/p, tradução nossa)⁵.

Este artigo foca nos três seguintes temas. Começa-se discutindo a política latente como um fenômeno social e analisa seus elementos teóricos. Em seguida, volta-se para a aplicação prática do conceito de política latente ao processo político sul-africano anterior à dispensa política de 1994. Finalmente, identifica-se o papel do fator personalidade na política latente na África do Sul durante a era do *apartheid*.

Política latente como fenômeno social: os elementos teóricos de base

Os termos “políticas latentes”, “política latente”, “direções latentes da atividade política” e outros, são baseados na palavra em latim *latens* (*latentis*), que significa oculto ou invisível. Isto denota algo oculto, secreto; algo que não se manifesta externamente, mas que não é necessariamente negativo. Um proeminente cientista político americano do século XX, Gabriel Almond, foi um dos primeiros a usar este conceito, em outubro de 1959, em um discurso em uma conferência científica dedicada ao estudo do espaço sideral. Ele enfatizou que a opinião popular também poderia ser classificada como política latente. Como ele disse: “Não se trata apenas de mudanças significativas nas políticas públicas e na elite política, é o componente mais significativo dessa política pública e deve ser compreendido e apreciado para que se possa fazer um sentido próprio do significado dessa política (Almond 1960, n.p, tradução nossa)”⁶. A rigor, Almond não propôs a definição de “política latente”, e no contexto de seu discurso ele enfatizou que a opinião pública é designada apenas como um elemento dos bastidores da alocação de recursos no sistema político. Ao mesmo tempo, sua visão destaca um importante desenvolvimento em metodologia, que exige um trabalho de pesquisa teórica e empírica adicional no campo dos processos políticos latentes.

5 No original: “With regard to the use of oral history testimonies in the study of the struggle against apartheid in South Africa, one agrees with Jeremy Seekings (2010, 7-28) who claims that the challenge for scholars is to integrate different voices or testimonies into an overall picture, while recognising that voices are incomplete; that some potential voices are likely to remain silent; and that making sense of oral history testimonies requires going beyond them (Mbeki 2011, s/p).”

6 No original: “It is not only significant changes in public politics and the political elite, it is the most significant component of that public policy and must be understood and appreciated if a proper of the meaning of that policy is to be made (Almond 1959, n.p.).”

No entanto, o próprio termo “latente” tornou-se difundido em vários campos de estudo e produção de conhecimento, como no trabalho de Robert Bradley, *Latent Impulse in History and Politics* (1911), no trabalho sociológico de Robert Merton (1957) e na análise da classe latente no estudo de Paul Lazarsfeld (1950). Também, a publicação de Jacques Hagenaaars e Alan McCutchen (2002) e o artigo de Richard Breen (2000). Além disso, o termo “latente” tem sua própria essência, o que o distingue de outros termos semelhantes, por exemplo, de “política informal” discutida no livro de Gretchen Helmke e Steven Levitsky (2006). A “política informal”, em regra, significa uma política que não é legalmente aprovada ou formalmente definida. Entretanto, um tipo de política latente – a inteligência – tem tanto uma base legislativa quanto um status formal. O termo “encoberta”, difere da noção de “clandestina”, enquanto a política latente inclui ambas. Peter Scott (1993, 2015) usa a noção de “política profunda”, mas esta é dominada por um significado negativo – algo que também se desvia do padrão normativo (tráfico de drogas, crime, conspirações militares etc.). O termo política latente inclui tanto fenômenos positivos quanto negativos. É um termo universal que denota um amplo espectro de fenômenos, uma construção teórica com categorias e regularidades específicas, assim como uma prática concreta no campo da política.

Neste artigo, a latência política é entendida como existindo objetivamente, mas não refletida na consciência pública; ela é percebida, mas escondida de olhos alheios. É sustentada pela realidade no agregado de suas qualidades negativas e positivas inerentes. Isso nos permite perceber a vida política com mais veracidade e pressiona os sujeitos a agirem de forma mais eficaz. Nas palavras do filósofo alemão Hegel (2001, 44, tradução nossa), a política, neste caso, tem um começo “de fonte oculta... ainda escondida sob a superfície, que, incidindo sobre o mundo exterior como sobre a concha, a rompe em pedaços, porque é outro núcleo...”⁷ O conceito de política latente não é idêntico ao de conspiração, pois não considera a política no formato da teoria da conspiração.

Por definição, políticas latentes e política latente referem-se a uma esfera de atividade especial e não iluminada, a implementação de interesses ocultos ou o uso de métodos secretos de obtenção, retenção e uso do poder, bem como a garantia da segurança e autoproteção do sistema político, ou seja, da sociedade como um todo. Ela é sustentada por um tipo de relação não transparente entre as pessoas, a sociedade e o Estado. Ao considerar o conteúdo latente do *apartheid*, as “políticas latentes” se fazem implícitas. Quanto às atividades e ações políticas latentes de algumas estruturas e personalidades, o termo “política latente” é usado.

7 No original: “from concealed fount ... still hidden beneath the surface, which, impinging on the outer world as on shell, bursts it in pieces, because it is another kernel...” (Hegel 2001, 44).⁷

Portanto, a política como fenômeno holístico inclui seus componentes latentes e transparentes em sua unidade orgânica e complementar. De acordo com Vadim Kurillo (2013), a segurança, a rivalidade e a luta pela sobrevivência do Estado, membros do governo e das elites são a principal fonte e núcleo da política latente. A compreensão da segurança em sua interpretação da política latente abrange:

- a segurança do alcance ou conquista do poder e sua retenção;
- a segurança do mecanismo de funcionamento e de implementação do poder, incluindo a segurança dos processos decisórios;
- a segurança dos sujeitos da vida política e a proteção de seus interesses;
- a segurança da posição do Estado nas relações internacionais;
- a segurança do funcionamento de certas estruturas que protegem os interesses do Estado e da sociedade dentro e fora do país, incluindo inteligência, contra-espionagem, órgãos de aplicação da lei e instituições do regime;
- a proteção da sociedade contra a desestabilização política e econômica, destruição, tráfico de drogas, terrorismo, crime organizado etc.; e
- a segurança de algumas estruturas industriais, financeiras, de pesquisa e de informação e comunicação etc. (Kurillo 2013).

Além disso, Kurillo (2013) também argumenta que o propósito social da política latente é indicado por suas funções. Eles podem ser divididos condicionalmente em funções que refletem a conexão orgânica da política latente com a política em geral e aquelas em que a especificidade da política latente se manifesta. As seguintes pertencem à esfera da política latente:

- a realização dos interesses existenciais do Estado e outros assuntos, incluindo partidos políticos, ou seja, segurança, sobrevivência, avaliação das perspectivas de desenvolvimento de situações e ameaças, adaptação oportuna às novas condições ou a implementação de certas medidas preventivas etc;
- a realização dos interesses de convivência e harmonização das posições de valor, ou seja, uma definição exata das posições internacionais do Estado e de outros atores das relações interestatais uma compreensão e consideração adequadas das posições dos sujeitos políticos no país entre si etc;
- a implementação de interesses funcionais, ou seja, uma avaliação realista da eficácia das atividades políticas com a ajuda de várias fontes, inclusive confidenciais, informações objetivas, prestação de apoio financeiro, pessoal etc.; e

- a realização dos interesses de fortalecimento/enfraquecimento da ordem interna; e a proteção do indivíduo e da sociedade contra ações de elementos destrutivos e criminosos (Kurillo 2013).

Neste artigo, será explorada a teoria da política latente de Kurillo na crise do *apartheid* de 1976 até o início dos anos 1990 – particularmente, o processo político que levou a negociações substantivas na Convenção para uma África do Sul Democrática (Convention for a Democratic South Africa, CODESA, sigla em inglês) que se reuniu formalmente em Joanesburgo em 20 de dezembro de 1991 (Ndlovu 2010; 2013).

Aplicação prática da política latente ao processo que levou ao fim do *apartheid* na África do Sul, dos anos 1970 aos anos 1990

O principal debate do processo político na África do Sul nesse período foi a luta entre os partidários e os opositores do *apartheid*, e o resultado foi a queda do sistema de *apartheid*. Os elementos do processo político foram sustentados por vários tipos de política, incluindo a política latente; e alguns componentes latentes, os resultados da interação espontânea de seus participantes; e mudanças latentes na consciência pública associadas a uma maior radicalização do estado de espírito dos povos oprimidos da África do Sul.

Uma característica fundamental da história da África do Sul foi a existência por muitos anos de “colonialismo de um tipo especial” (colonialism of a special type, CST, sigla em inglês), o que significa que a “metrópole” e a “colônia” estavam localizadas no território de um país. O CST consistia, em primeiro lugar, no poder político que era explicitamente monopolizado pelos sul-africanos brancos; eles tinham o voto e controlavam as instituições estatais. Em segundo lugar, os brancos tinham o poder econômico exclusivo. Por exemplo, a Lei de Terra dos Nativos de 1913 destinou 13% da área terrestre da África do Sul aos habitantes indígenas e 87% aos habitantes brancos. Em terceiro lugar, o sistema econômico na África do Sul era basicamente de coerção trabalhista, no qual vários sistemas e leis eram usados para obrigar os povos indígenas, ou seja, “nativos”, a se tornarem disponíveis para a força de trabalho barata. Em quarto lugar, como o sistema era tão evidentemente injusto, ele tinha que ser autoritário, por isso havia uma miríade de leis para reforçar o sistema CST que privava os africanos, a maioria oprimida, de direitos que outras pessoas tomavam como garantidos em outras partes do mundo. Portanto, quando falamos de emancipação na África do Sul, isso significa derrubar o sistema de colonialismo de um tipo especial (Turok et al. 2010, 38).

Em 1962, o grupo sobre o CST do Partido Comunista Sul-Africano (SACP, sigla em inglês), definiu a característica essencial da África do Sul como um novo tipo de colonialismo no qual os colonizadores brancos opressivos “ocupavam o mesmo território que os próprios oprimidos e viviam lado a lado com eles” (SACP 1962, tradução nossa).⁸ Da mesma forma, o ANC descreve a formação social sul-africana como um sistema de “colonialismo interno” ou “colonialismo de um tipo especial”, uma forma latente de colonialismo (ANC 1977). Um dos elementos mais importantes que sustentam a política latente é o desenvolvimento e a promoção de uma estratégia geral para a “dupla entidade”: o disfarce ou ocultação pelos políticos do verdadeiro conteúdo de sua plataforma ideológica e de seus objetivos. Formalmente, *apartheid* significava “separação” e “divisão” dos grupos raciais da população na África do Sul, por causa de supostas contradições intransponíveis entre eles, e isto foi justificado pelo suposto direito de cada “nação” (grupo racial) ao desenvolvimento independente. Como L.M. Eades (1999, 33) observa, “um exame da natureza da separação e da tradição das divisões raciais antes e durante os anos do *apartheid* é crucial para entender as razões de seu colapso”.⁹

O objetivo oculto do *apartheid* era fortalecer a posição dominante da população branca por meio da total segregação racial, discriminação e exploração da maioria africana, privando-a de direitos e liberdades políticas. Em nome de uma ocultação ainda mais profunda da verdadeira essência do *apartheid*, depois de 1948, quando o Partido Nacional (NP) chegou ao poder, ele substituiu a palavra negativamente percebida “*apartheid*” em sua doutrina pelo termo mais harmonioso “desenvolvimento separado”. Entretanto, para o povo africano, este “desenvolvimento separado” significava falta de direitos no país de nascimento, arbitrariedade policial, empobrecimento, degradação cultural e destruição de fundações familiares (Butler et al. 1978).

A pedra angular da estratégia latente do *apartheid*, que pode ser traçada desde o final dos anos 1940, foi a chamada “Bantustanização” (Bantustanization, no original) da população africana. Isto envolveu a criação de reservas étnicas com governo próprio limitado, fora das quais os africanos não eram reconhecidos como cidadãos plenos da África do Sul. Os líderes do regime racista declararam que no futuro, os bantustões (Bantustans, no original), se tornariam Estados independentes e soberanos que proporcionariam a seus habitantes uma vida decente, direitos políticos e liberdades (Ndlovu 2018, 43-69). O primeiro-ministro da África do Sul, B.J. Vorster (1966-1978) articulou esta política da seguinte forma:

8 No original: “occupied the same territory as the oppressed people themselves and lived side by side with them” (SACP 1962).

9 No original: “an examination of the nature of separation and the tradition of racial divisions before and during the years of apartheid is crucial to understanding the reasons for its collapse” (Eades 1999, 33).

Eu digo ao povo de cor, assim como aos índios e aos bantus, que a política de desenvolvimento separado não é uma política que repousa sobre ciúmes, medo ou ódio. Não é uma negação da dignidade humana de ninguém, nem é assim que se pretende. Pelo contrário, ela dá a cada indivíduo, dentro de sua própria esfera, não apenas a oportunidade de ser homem ou mulher em todos os sentidos, mas também cria a oportunidade de se desenvolver e avançar sem restrições ou frustrações conforme as circunstâncias justifiquem, e de acordo com as exigências ou desenvolvimento alcançado (conforme citado em Williams 1989, 23, tradução nossa)¹⁰.

Entretanto, foi uma manobra oculta das classes dirigentes à luz da realidade política em mudança da África do Sul e na ascensão dos movimentos de libertação nacional no cenário mundial. Os verdadeiros objetivos da Bantustanização eram separar a população africana e transformar automaticamente a minoria branca na “nação” dominante na África do Sul com o monopólio do poder, permitindo-lhe, assim, minar a formação de uma África do Sul democrática e não-racial; incitar as chamadas “tribos” africanas em conflito divisionista; minar a formação de uma frente unida das massas africanas para resistir à discriminação racial e à exploração; e suprimir a luta por uma dispensação democrática que priorizava o povo oprimido da África do Sul.

A luta pela libertação da maioria oprimida da África do Sul tem uma longa história que começou quando os primeiros colonos europeus puseram os pés na região. Mas quando estudiosos e outros analisam o início do colapso do *apartheid*, muitas vezes sua linha do tempo começa a partir de meados dos anos 1980. Em nossa opinião, esta não leva em conta a fase latente do processo, a fase inicial e oculta do conflito entre o povo africano e a África do Sul do *apartheid*. Como mostrado abaixo, a ascensão do movimento democrático foi precedida por uma fase de aumento gradual da radicalização latente, um humor latente da população oprimida; o fortalecimento “oculto” das forças de libertação e a erosão gradual das práticas racistas do *apartheid*. Em um processo imperceptível de evolução, é difícil identificar o marco de início do fim do *apartheid*. Muito provavelmente, o início da fase latente de aprofundamento da crise do *apartheid* foi a revolta de Soweto, da juventude africana em 1976, apoiada nacionalmente e não apenas pela juventude (Ndlovu 2017).

¹⁰ No original: “I say to the Coloured people, as well as to the Indians and the Bantu, that the policy of separate development is not a policy which rests upon jealousy, fear or hatred. It is not a denial of the human dignity of anyone, nor is it so intended. On the contrary, it gives the opportunity to every individual, within his own sphere, not only to be a man or woman in every sense, but it also creates the opportunity for them to develop and advance without restriction or frustration as circumstances justify and in accordance with the demands or development achieved (as quoted in Williams 1989, 23).”

Em seu livro intitulado *The Soweto Uprisings: Counter-memories of June 1976*, Sifiso Mxolisi Ndlovu escreve que as revoltas do Soweto foram um ponto de inflexão em nossa história. Eles explodiram em um acontecimento histórico e político importante, levando a grandes repercussões que ainda hoje estão conosco. As revoltas revigoraram o ANC, bem como o PAC, e também levaram ao reexame da ideologia da consciência negra e à formação do Movimento da Consciência Negra (BCM, sigla em inglês). As revoltas despertaram o horror do *apartheid* ao mundo e sua imagem como assassinos de crianças e deram origem a uma dupla resposta do regime do *apartheid*, um aumento das represões impiedosas e reformas desesperadas, porém ineficazes (Ndlovu 2017, 64). Segundo Harvey, “16 de junho de 1976, [definiu] o ponto de partida para os eventos que deveriam resultar em uma entrega ao domínio negro 18 anos depois e [foi] o verdadeiro ponto de virada na história da África do Sul pós-1948” (Harvey 2001, 71, tradução nossa).¹¹ Da mesma forma, J.D. Brewer escreve: “Por maiores que sejam as diferenças entre os vários relatos do processo de mudança e reforma na África do Sul, há um consenso muito maior de que os eventos de 1976 foram cruciais para iniciar ou reforçar o lento, muitas vezes hesitante, processo de liberalização e reforma” (Brewer 1986, 4, tradução nossa).¹²

Um número crescente de jovens se exilou durante o final dos anos 1970. A maioria deles ingressou no ANC, e alguns prosseguiram seus estudos fora da África do Sul. Em julho de 1977, o comissário de polícia tinha todos os motivos para afirmar que a agitação da juventude africana do Soweto havia engrossado as fileiras do “movimento terrorista”, como ele dizia (South African Digest, 29 de julho de 1976). O ANC levou algum tempo para fornecer a esses jovens o treinamento militar e político necessário, e para criar recursos adicionais. Houve também a preparação para sua posterior penetração como quadros do Umkhonto we Sizwe (MK) na África do Sul.

De acordo com a teoria do conflito, como mostrado no Ebrary.net¹³, a insurgência aberta (por exemplo, piquetes e mobilização de massa) é precedida, como regra, pelo estágio latente de articulação de atitudes políticas, preparação organizacional e desenvolvimento, durante o qual o descontentamento, inicialmente psicológico, surge na consciência e cresce sem manifestação ou ação externa. O BCM, com sua forte base ideológica, desempenhou um papel especial na “libertação psicológica” dos africanos – especialmente no início e meados dos anos 1970, entre a juventude (Mzamane, Maaba e Biko 2006).

11 No original: “16 June 1976, [defined] the starting point for the events that were to result in a handover to black rule 18 years later and [was] the real turning point in South Africa’s post-1948 history (Harvey 2001, 71)”.

12 No original: “However great the differences may be between the various accounts of the process of change and reform in South Africa, there is much greater agreement in the view that the events of 1976 were crucial in beginning or reinforcing the slow, often hesitant, process of liberalization and reform (Brewer 1986, 4)”.

13 https://ebrary.net/2866/management/stages_conflict_conflict_process

O assassinato em setembro de 1977 de Steve Biko, uma figura proeminente do BCM, nas câmaras de tortura do Estado, foi a prova de que toda esperança de formas de luta não violentas era inútil. Isto levou os apoiadores do BCM a se exilar no ANC e nos quadros militares do PAC (Nyameko e Singh 1977, 34-47). Tais mudanças ocorreram e se acumularam gradualmente, mas em meados da década de 1980 elas se tornaram cada vez mais aparentes. Além disso, os incidentes de protesto dos trabalhadores se tornaram mais frequentes; protestos em massa também se espalharam pelo Cabo Ocidental. Ao mesmo tempo, a MK lançou operações de sabotagem ressonantes. Portanto, ficou evidente que a crise vivida pelo Governo sul-africano nos anos 80 foi desencadeada pelas revoltas do Soweto de 1976.

Além disso, a turbulenta década de 1980 viu a formação de sindicatos, a Federação dos Sindicatos Sul-Africanos (FOSATU, sigla em inglês), e organizações estudantis como o Congresso de Estudantes Sul-Africanos (COSAS, sigla em inglês), que reuniu uma rede de entidades estudantis que floresceu na esteira dos boicotes escolares de 1980. Novas forças radicais, como a Frente Democrática Unida (UDF, sigla em inglês), formada em 1983, surgiram e se tornaram mais vocais em seus protestos contra o regime do *apartheid*. E apesar dos pontos de vista divergentes, houve um progresso lento, mas promissor, na unidade dos trabalhadores, abrindo caminho para o Congresso dos Sindicatos da África do Sul (COSATU, sigla em inglês) e o Conselho Nacional dos Sindicatos (NACTU, sigla em inglês). O fato de a UDF ter unido várias organizações foi significativo, pois representou o apelo da ANC para uma ação unida.

A crise em ebulição tomou uma nova dimensão em 1984, quando eclodiu uma insurreição popular em todo o país. A situação na área de Vaal foi um desses exemplos. Em uma tentativa desesperada de conter a maré, o governo declarou estado de emergência nacional e instituiu o que chamou de “reforma”, uma manobra constitucional falsa para estabelecer um sistema parlamentar tricameral, envolvendo índios e pessoas de cor como “parceiros juniores” – mas excluiu a maioria africana. Desafiando a medida, a ANC rejeitou este ajuste constitucional sem sentido. Em seu discurso anual ao ANC, em 8 de janeiro de 1984, o presidente do ANC, O.R. Tambo, fez as seguintes observações:

- O fermento revolucionário na África do Sul havia mergulhado a elite racista dominante em níveis mais profundos de crise e era uma evidência da crescente credibilidade do ANC como um centro alternativo de poder. Os governos ocidentais haviam passado a considerar o ANC como um governo em espera. Dentro da África do Sul, um número crescente de brancos percebeu que o ANC tinha que ser parte de qualquer solução para a situação política do país. O mais importante é que a maioria do *establishment* capitalista também pensava assim.

- As recentes manobras constitucionais do governo foram um reconhecimento implícito de que, a menos que Mandela fosse libertado, a crise não poderia ser resolvida.
- A raiva popular que estava varrendo o país procurou inspiração no ANC. O ANC encorajou isto, apelando às massas para que tornassem o país ingovernável.
- O crescimento do movimento sindical democrático e seu poder de obter o reconhecimento tanto do regime, quanto dos empregadores, foi um avanço significativo na luta.

Embora a mobilização em massa e as manifestações pacíficas ocorreram mais cedo, a erosão do *apartheid* ocorreu em formas latentes e semi-ocultas, contrariando a vontade da minoria branca dominante, alguns dos quais acreditavam que a situação estava sob controle. Esta progressão rasteira foi chamada de “revolução silenciosa” e é explorada nas obras por Allister Sparks (1995) e J. Kane-Berman (1990). Robert Price (1991) descreve-a como a lenta transformação em direção à transição. Mas no final dos anos 1970 e 1980, alguns foram hipnotizados pela obstinação e pelo poder do estabelecimento *Afrikaner* e por sua vontade de usar esse poder para forçar todos à submissão. Como Leonard Thompson e Jeffrey Butler (1975) demonstram, o regime espalhou a palavra de que estava “perfeitamente seguro” e insistiu que o “produto nacional bruto continuou a disparar”. E prosseguiu: “As corporações europeias, americanas e japonesas continuam a aumentar sua participação lucrativa na economia sul-africana por meio do comércio e do investimento via subsídios industriais” (como citado em Thompson e Butler 1975; ver também Adam e Giliomee 1979).¹⁴

Mas isto foi uma mera bravata. A resistência popular em massa ao *apartheid* havia atingido alturas sem precedentes em meados da década de 1980. O país estava à beira de ser governado sob um estado de emergência nacional permanente. O equilíbrio de poder havia mudado e as cidades sul-africanas haviam se tornado ingovernáveis – um dos principais objetivos políticos do ANC. A resistência popular de massa colocava problemas especiais tanto no nível da atividade prática como no da compreensão teórica – como, para usar a frase de Lênin, “organizar uma luta política universal ... de forma a obter o apoio de todos os estratos da oposição para a luta” (como citado em Thompson e Butler 1975, tradução nossa; ver Lênin 1975, 153)¹⁵.

É necessário enfatizar que seria um erro retratar todas as ações e processos anti-*apartheid* como sendo de caráter exclusivamente latente. Tal erro

¹⁴ No original: “European, American and Japanese corporations have continued to increase their profitable participation in the South African economy by trade and investment through industrial subsidies (as quoted in Thompson and Butler 1975; see also Adam and Giliomee 1979)”.

¹⁵ No original: “to organize a universal political struggle ... in such a manner as to obtain the support of all opposition strata for the struggle (Lenin 1975, 153)”.

pode nos levar à esfera da teoria da conspiração, que reduz tudo na política a conspirações e ações secretas. Na política, existem atividades tanto latentes quanto evidentes. Entre estes pólos há uma grande variedade de fenômenos intermediários e obscuros, nos quais ambos os pólos se manifestam de forma interdependente. Portanto, estes não podem ser categorizados como exclusivamente latentes ou evidentes. Há elementos de latência e abertura em estreita interpenetração. Muitas ações visíveis (greves, boicotes, manifestações, formação de organizações etc.) envolvem inicialmente intenções, planos e previsões, tudo isso é encoberto; é preferível não revelar tais questões prematuramente no domínio público, pois o Estado restringirá tais planos. E é verdade que, em ações ostensivas, muitas vezes há executantes ocultos e encobertos.

Como mostrado acima, uma das manifestações do crescimento do movimento de resistência contra o *apartheid* foi a criação da UDF, em agosto de 1983. Foi o resultado de mudanças no nível social, econômico e político desde os levantes do Soweto. Em meados dos anos 1980, a UDF era a principal oposição legal anti-*apartheid*, uma coalizão de centenas de organizações que contavam com cerca de 2,5 milhões de membros. Era a frente para o ANC, banido. A crescente influência da UDF levou à proibição da atividade de seu escalão superior e a perseguição das lideranças do partido. Outro fator com influência crescente no regime do *apartheid*, no período 1976-1985, foi a bem sucedida luta pela independência em Angola e a do povo namibiano pela libertação. Por outro lado, como observa o chefe do Serviço Nacional de Inteligência do regime do *apartheid* (NIS, sigla em inglês), Niël Barnard, no início dos anos 1980, alguns dos estabelecimentos brancos já haviam, embora de forma embrionária, chegado à conclusão de que a política do governo de defesa do *apartheid* era inaceitável aos olhos de muitos sul-africanos brancos, e que a única maneira de resolver o problema mais urgente para o país era uma solução política (Barnard 2015, 47, 147). Em uma entrevista realizada em 7 de setembro de 1998 por Pdraig O'Malley, Barnard enfatizou:

Mesmo antes de eu entrar no NIS, mas a partir de 1980 havia um relatório anual de inteligência ... se você ler [esses relatórios de inteligência sistematicamente] você verá que a partir de 1981 ... nós demos a opinião [para o governo] que só havia uma solução ... teria que haver uma solução política. Não havia maneira de combatê-la... Neste país há muitos que não gozam de direitos políticos fundamentais. Teremos que mudar isso e teremos que encontrar uma resposta política (Barnard 1998, s/p, tradução nossa)¹⁶.

16 No original: "Even before I joined the NIS, but from 1980 onwards there was an annual intelligence report ... if you read [those intelligence reports systematically] you will see that from as early as 1981 ... we gave the view [to the government] that there was only one solution ... there would have to be a political solution. There was no way to fight it out ... In this country there are many who don't enjoy fundamental political rights. We shall have to change that and we will have to find a political answer (Barnard 1998)."

De acordo com Pallo Jordan (Ndlovu 2010, 63-64; Jordan 1985, 8-10), a introdução da Constituição tricameral foi a tentativa latente e disfarçada do regime do *apartheid* de encurralar o ANC em um canto, defendendo modelos constitucionais que eram contra-revolucionários¹⁷. Como elites governantes, eles queriam salvar o essencial da dominação branca, consolidar a posição da classe governante e embotar o impulso da revolução sul-africana, cooptando elementos da maioria oprimida como aliados. Outra estratégia era isolar a elite negra, que se esperava, então, que representasse um desafio aos ganhos obtidos pelo ANC e que se opusesse ao movimento de libertação se fossem realizadas negociações substantivas. Jordan continua explicando que a exposição mais explícita do pensamento estratégico do governo e do “grande negócio”, veio de Samuel Huntington, professor de Ciência Política na Universidade de Harvard.

Em seu discurso aos estrategistas políticos em uma conferência em Joanesburgo em 1981 (posteriormente publicado como artigo na *Politikon*), Huntington afirmou que a mudança fundamental na África do Sul parecia estar “esperando por seu Lênin” (Huntington 1981, 8-26, tradução nossa).¹⁸ Ele apressou-se em advertir que isto não deveria ser lido como uma aprovação, mas sim como um apelo para que se preste “atenção intensa” à estratégia e às táticas de reforma, assim como Lênin havia usado “a estratégia e as táticas de revolução”. O processo de reforma, segundo Huntington, seria afetado por seis fatores, que ele enumerou como (i) liderança política; (ii) estratégia e tática; (iii) momento; (iv) poder e seu uso; (v) seleção e seqüência de assuntos; e (vi) divisão e reforma (regra). Jordan sustenta que a exposição de Huntington deu ao ANC alguma ideia de como estrategistas e ideólogos da classe dominante conceitualizaram o que estavam fazendo enquanto conselheiros políticos para os governos. Ele racionalizou que a liderança do ANC poderia concordar e discordar sobre o grau de conformidade com a estratégia de P. W. Botha em relação ao parlamento tricameral, a constelação de estados da África Austral, o Acordo de Nkomati e “conversações sobre conversações”. O Comitê Executivo Nacional (NEC, sigla em inglês) do ANC concordou que as táticas delineadas por Huntington tinham um desenho familiar e Jordan escreve: “Em uma coisa temos que concordar absolutamente, e nisto Huntington é bastante claro, o objetivo da reforma [de P. W. Botha] é antecipar a mudança revolucionária – sua essência é contra-revolução” (Jordan 1985, 10, tradução nossa).¹⁹

¹⁷ Essa seção do artigo é amplamente baseada nos documentos de Pallo Jordan. Foi apresentado por ele para o NEC e para a ANC e está disponível no arquivo da Universidade de Fort Hare (UFH), OR Tambo Papers, Pasta B4.5.3, Caixa 34.

¹⁸ No original: “waiting for its Lenin (Huntington 1981, 8-26)”

¹⁹ No original: “On one thing we must absolutely agree, and on this Huntington is quite clear, the purpose of [P.W. Botha’s] reform is to pre-empt revolutionary change – its essence is counter-revolution (Jordan 1985, 10)”.

Assim, a situação em 1985, quando o regime de Pretória começou a procurar caminhos para resolver o problema do *apartheid* de forma satisfatória, surgiu durante um longo período de tempo com discussões contínuas e a formação gradual do que se considerava serem medidas e pré-requisitos internos e externos adequados. Além disso, grande parte deste processo se desenrolou num formato latente. Como sugerido por Barry Gilder (2012, 316, tradução nossa)²⁰, um dos líderes da estrutura de inteligência do ANC, “...cada participante... interagiu com essa luta por intermédio de uma complexa teia de causas e efeitos muitas vezes ocultos”. Em reação à pressão cumulativa de diferentes grupos de interesse e corretores de poder, sublinhada por uma complexa teia de causa e efeito muitas vezes oculta, o ANC tomou medidas para abordar a questão das negociações durante a metade dos anos 1980. Em 1985, foi nomeado um subcomitê de quatro membros cuja tarefa era analisar sistematicamente a questão das negociações na África do Sul, e apresentar um documento de trabalho/relatório à NEC imediatamente após sua conclusão. Os membros deste subcomitê eram Pallo Jordan, Siphosiphiso ‘Simon’ Makana, James Stuart (Hermanus Loots) e Thabo Mbeki. Em novembro de 1985, este subcomitê, dirigido por Jordan, que era presumivelmente o “autor principal”, produziu dois trabalhos incisivos²¹. O conteúdo de ambos os trabalhos é semelhante. “*A Submission on the Question of Negotiations*” foi uma versão resumida do relatório completo, e incluiu uma ‘cláusula de caducidade’ com ideias preliminares sobre diretrizes constitucionais. Isto foi produzido em 1986 e posteriormente melhorado e adotado oficialmente pelo ANC em 1988. O esboço inicial estabeleceu a estrutura para a primeira declaração oficial do ANC sobre as negociações e foi lançado ao domínio público em outubro de 1987.

Estas políticas, mais tarde, informaram as negociações substantivas que ocorreram no início dos anos 1990 e posteriormente levaram à formação de uma República democrática, não racial, da África do Sul, em 1994. Em retrospectiva, pode-se argumentar que as apresentações de 1985 foram a base da chamada “cláusula de caducidade”, uma estratégia de compromisso empregada durante as negociações substantivas no início dos anos 1990. De fato, o subcomitê propôs vários cenários, incluindo um cenário “pior caso” no qual o ANC poderia ter que “considerar uma situação em que tivesse que se contentar com muito menos”. Em termos da política de produção de conhecimento e da história das ideias, é importante destacar a existência desses documentos primários muito significativos e do material de arquivo, pois eles fornecem

20 No original: “... each participant ... interacted and interfaced with that struggle through a complex web of often hidden cause and effect”

21 Os dois trabalhos do ANC, “*Submission on Negotiations*” é uma versão condensada chamada “*A Submission on the Question of Negotiations*” podem ser vistos na UFH, nos arquivos ANC, OR Tambo Papers, Pasta 137.1.7-1.7.2, Caixa 36. O ANC também publicou sua “Declaração sobre as negociações, 9 de outubro de 1987”, em Sechaba, dezembro de 1987.

uma visão das opiniões e ideias apresentadas por pessoas de fora, vários “corretores” de poder, personalidades/indivíduos, governos estrangeiros e grupos de interesse, que afirmam ter conduzido e liderado latentemente o processo de negociação na Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA, sigla em inglês). Para compreender tais pontos de vista, leia, por exemplo, as publicações de Van Zyl Slabbert (2006), Rosenthal (1998), Renwick (1997), Crocker (1993), Sparks (1995) e Waldmeir (1997). Estes grupos e personalidades justificam tais reivindicações afirmando, de forma variada, que o ANC era cativo do “intelecto” e da ofensiva de charme “diplomático” do partido no poder, liberais, sul-africanos brancos e governos ocidentais.

Falando das manifestações específicas da política latente, vamos nos deter em seus tipos, tais como ações clandestinas/cobertas de força e inteligência política. A característica distintiva da ação enérgica (operações ativas) na política latente é o uso escondido de um recurso que faz uso primário de um recurso de força (luta armada, influência física ou coerção, envenenamento, incêndio criminoso, golpe de estado armado etc.) para resolver um problema político particular. Gregory Houston escreve que, nos anos 80, houve mudanças significativas nas estruturas militares do ANC e na situação regional que afetaram a condução da luta armada. As ações da MK até o final de 1982 se concentraram principalmente na propaganda armada, com operações armadas espetaculares, como o ataque da MK em Voortrekkerhoogte e SASOL, que visava motivar a população a participar da luta. Na segunda fase, de 1983 a 1985, o foco da política militar mudou para a preparação para uma guerra popular, ou seja, criando uma presença armada no interior do país, enquanto na terceira fase, de meados de 1985 a 1989, a política militar do ANC mudou da preparação para uma luta prolongada para a preparação para a insurreição – assegurando que a MK se ligasse às lutas populares no interior do país (Houston 2010).

As ações encobertas diferem das operações clandestinas pelo fato de que o resultado é, com frequência, óbvio, mas a fonte permanece desconhecida. As operações clandestinas geralmente escondem o próprio fato de sua implementação²². Por outro lado, ações encobertas ocultas, por exemplo, o ataque militar no Lesoto, inspirado em Pretória, em 20 de dezembro de 1985, tinha o objetivo de matar membros do ANC. Operações similares foram realizadas na Suazilândia, Angola e Moçambique. Porque tais ações também envolviam a morte de refugiados civis e residentes de países vizinhos, como regra, Pretória negou seu envolvimento

22 De acordo com o “*Dictionary of Military and Associated Terms*”, uma operação clandestina é ‘patrocinada ou conduzida por departamentos ou agências governamentais de forma a assegurar sigilo ou ocultação’, enquanto uma operação secreta é ‘planejada e executada para ocultar a identidade de ou permitir uma negação plausível pelo patrocinador’. UFH, Arquivos do ANC, ORT, Caixa 34, Pasta 85-85.2. O.R. Tambo’s note aos membros do NEC, sd.

em tais eventos. Assim, os assassinatos políticos passaram a fazer parte da política latente a nível governamental. Ronnie Kasrils (1993, 244, tradução nossa) escreve que em 1986, a África do Sul “instigou um golpe de Estado militar no Lesoto para derrubar o governo que deu apoio ao ANC”.²³ Outro tipo de operação forçada é o assassinato daqueles presos pelo regime do *apartheid* sob o pretexto de um “acidente” enquanto estavam sob custódia policial. A morte do Bantu Steve Biko em 1977 é um exemplo de tais assassinatos políticos. Em 1985, cerca de 120 vítimas morreram sob custódia policial. De acordo com uma exposição realizada em 2007 no Museu do *Apartheid*, Joanesburgo, o ministro da Justiça, Jimmy Kruger, afirmou que a morte de Biko em 14 de setembro de 1977 foi resultado de uma greve de fome e acrescentou: “Não estou contente e não lamento pelo Sr. Biko. Sua morte me deixa com frio. Eu não posso dizer nada a você...” (tradução nossa).²⁴

O governo também usou falsas estruturas paramilitares e agrupamentos semi-criminosos para matar combatentes e/ou apoiadores do ANC e outros movimentos de libertação, sindicatos e movimentos abertamente anti-*apartheid*. Em 1986, por exemplo, o Escritório de Cooperação Civil (CCB, sigla em inglês) – um esquadrão da morte patrocinado pelo governo foi criado para ataques contra ativistas. Jacques Pauw (2017) observa que realizou-se atos brutais de intimidação, envenenamento, sabotagem e assassinatos, tais como o assassinato de Ruth First e Janette Schoon, enviando-lhes cartas-bomba.

O ANC também fez uso de violência de vários tipos na luta armada. Mas, como ele afirmou repetidamente, esta violência foi uma retaliação ao terror do poder racista. Tal ação envolveu a preparação e implementação encoberta para tornar os resultados amplamente conhecidos – usar o poder da “propaganda armada” (Kasrils 1993). Além disso, na ocasião a sabotagem do ANC teve que ser encoberta como aconteceu em dezembro de 1985 quando uma bomba foi colocada em um container de lixo em um centro comercial em Amanzimtoti. Como foram mortos civis, este assunto recebeu séria atenção nos bastidores (Maharaj 2008, 30-31). Também uma parte específica da luta armada do ANC foi a provisão de treinamento militar para os combatentes do MK no exterior. Na maioria das vezes isso foi realizado em um formato latente. Por exemplo, Thabo Mbeki foi submetido a treinamento político e militar na URSS e na Escola Internacional de Lênin sob o partido soviético. Ele também frequentou um centro militar próximo a Moscou, se especializando em guerrilha. Isto não pode deixar de ter impacto em seu pensamento e desenvolvimento como líder; ele desempenhou um papel proeminente em negociações substantivas para a dispensa democrática e o governo majoritário na África do Sul.

23 No original: “instigated a military coup d’etat in Lesotho to overthrow the government that provided friendly support to the ANC”.

24 No original: “I am not glad and I am not sorry about Mr Biko. His death leaves me cold. I can say nothing to you...”.

A inteligência política é o recebimento e processamento por estruturas estatais e não estatais de informações sobre seu próprio sistema e outros sistemas políticos, bem como uma influência secreta sobre os processos que ocorrem neles. A diferença qualitativa entre a inteligência política e outros tipos de tais atividades é seu foco nos elementos estruturais dos sistemas e processos políticos. Essas informações são obtidas tanto legal como ilegalmente por estruturas estatais e não-estatais. Durante o período em análise, na África do Sul a nível estadual, a inteligência foi realizada pelo *Bureau for State Security* (BOSS, sigla em inglês) (1969-1978); pelo *National Intelligence Service* (NIS, sigla em inglês) (1980-1990) e pela Divisão de Inteligência Militar do Ministério da Defesa (1976-1990). Para discutir a inteligência política por estruturas estatais, será utilizado um exemplo particular – a visita do Grupo de Pessoas Eminentes (EPG, sigla em inglês), enviado à África do Sul por líderes da Commonwealth para investigar as perspectivas de mudança e democratização. O grupo chegou em 1986, e realizou reuniões com Mandela na Prisão de Pollsmoor, juntamente com líderes seniores da UDF e P.W. Botha, e perguntou sobre as batidas transfronteiriças. O governo negou enfaticamente qualquer conhecimento prévio sobre as batidas transfronteiriças (Papenfus 2010, 426). Mas Niël Barnard, chefe da NIS na época, admite que sabia de antemão que a SADF estava programada para atacar os países vizinhos na manhã de 19 de maio. Ele explicou em uma entrevista em dezembro de 2007, que a motivação do governo era muito mais do que apenas escolher o poderio militar em vez da negociação:

A questão fundamental era, se nós decidíssemos por um acordo negociado, quem eram as pessoas que deveriam negociar e se estabelecer? Eu estava envolvido nas negociações sobre a independência da Namíbia ... nós nos sentamos em torno da mesa conversando, mas a Rússia e a América determinaram as regras, eles estavam puxando nossas “cordas”. Houve uma situação semelhante durante as negociações de Rodésia/Zimbabuê ... Não podíamos permitir que consultores internacionais negociassem em nosso nome. Por que não fazer isso nós mesmos? Somos todos sul-africanos. Se quisermos fazer a paz, falaremos uns com os outros ao redor de uma mesa. Não precisamos de ajuda externa. Deixe-me dizer isto sobre o episódio do EPG. Ainda não estávamos conversando, mas estávamos prestes a fazê-lo – as conversas com o Sr. Mandela começaram logo depois e não pudemos

falar sobre as reuniões que tivemos... foram realizadas em segredo (Du Preez 2013, 78, tradução nossa)²⁵.

Assim como o governo sul-africano, o ANC também tinha uma estrutura de inteligência não governamental altamente desenvolvida que em 1987 foi transformada no Departamento de Inteligência e Segurança (DIS). Havia também uma unidade de inteligência militar no MK (O'Brien 2011, 208).

A inteligência política pode ser dividida em várias categorias, tais como agentes (ilegais), legais, técnicos e analíticos. (i) A inteligência de agentes é a penetração secreta para coletar informações realizadas por pessoas especialmente selecionadas, recrutadas e, via de regra, conspiratórias. O ANC e a MK estavam envolvidos na coleta de informações que poderiam ser usadas contra o regime do *apartheid* (Kasrils 1993; Gilder 2012). E, de forma semelhante, o regime tinha agentes que operavam secretamente para investigar o ANC e outros movimentos de libertação. (ii) A inteligência legal não requer tecnologias de agentes especiais, pois utiliza fontes abertas para obter informações. Canais especialmente valiosos de inteligência jurídica são recepções oficiais, reuniões etc.; o uso de observação visual aberta e semi-aberta e o uso de várias organizações não-governamentais e fundações. (iii) A inteligência analítica é o processamento intelectualmente complexo das informações recebidas; novas informações de um nível superior são derivadas de tais processos. Para este trabalho na inteligência do ANC, foi criada uma unidade especial sob a liderança de Bill Anderson (Kasrils 1993).

Quanto ao governo sul-africano, no início dos anos 1980, o chefe do NIS, Niël Barnard, foi fundamental para realizar a transformação do BOSS repressivo no NIS analítico. Ele acreditava que “a era do ‘sangue e do trovão’ havia terminado” e que, em vez de usar seus punhos, “tínhamos que começar a usar nossas cabeças” (Barnard 2015, 33, tradução nossa)²⁶. (iv) A inteligência técnica implica o uso de reconhecimento ótico, reconhecimento eletrônico de computadores e outros tipos de coleta de informações nas quais o fator técnico desempenha o

25 No original: “The fundamental question was, if we decided on a negotiated settlement, who were the people who should negotiate and settle? I was involved in the negotiations on Namibian independence ... we sat around the table talking, but Russia and America determined the rules, they were pulling our strings. There was a similar situation during the Rhodesia/Zimbabwe negotiations ... We could not allow international consultants to negotiate on our behalf. Why not do it ourselves? We are all South Africans. If we want to make peace, we'll talk to each other around a table. We don't need outside help. Let me say this about the EPG episode. We were not talking as yet, but we were about to do so – the talks with Mr Mandela began soon afterwards and we could not talk about the meetings we had ...they were held in secret (quoted in Du Preez 2013, 78).”

26 No original: “the era of “blood and thunder” was over” [...] “had to start using our heads (Barnard 2015, 33)”.

papel chave. Este tipo de inteligência política desempenhou um papel importante na Operação Vula do ANC. Houve um uso hábil das redes de computadores para comunicação e obtenção de informações secretas dos bancos de dados dos serviços especiais do regime do *apartheid* (Braam 2005).

Devido ao papel significativo desempenhado pelos serviços secretos da ANC/MK e do governo sul-africano no componente latente do processo de negociação, às vezes se argumenta que o fim do *apartheid* foi defendido pelos serviços de inteligência de ambos os lados (O'Brien 2011, 172). Mas é difícil atribuir a queda do *apartheid* ao trabalho dos serviços especiais de ambos os lados da divisão. O *apartheid* não foi destruído pelos serviços secretos. Ele foi posto de joelhos pelo povo. A implacável opressão e negação dos direitos humanos pelo governo sul-africano, sua agressão contra os Estados da linha de frente e sua desestabilização dos governos vizinhos, não conseguiu trazer a segurança que buscava. Além disso, as reformas tricamerais, as reformas “falsas”, não tiveram nenhum vencedor. A partir daquele momento, o estado do *apartheid* sofreu uma paralisia de iniciativa em face das crescentes lutas populares das massas no país e da comunidade internacional (Magubane 2013, 1371). Houve outros processos que aconteceram antes dos serviços de inteligência de ambos os lados se reunirem no final dos anos 1980 e estes definiram a política latente das negociações. Uma reunião em Nova York em 1986 com Pieter de Lange, presidente da Broederbond (AB), convenceu Mbeki de que negociações substantivas começariam em breve na África do Sul. Cerca de 25 anos depois, em uma entrevista conduzida por Sifiso Mxolisi Ndlovu em Joanesburgo, em 23 de fevereiro de 2011.

Fora da esfera militar, a tendência reformista dentro da *Afrikanerdom* ganhou impulso em meados da década de 1980. O mais significativo foi a publicação pelo Afrikaner Broederbond de um documento sobre as condições políticas básicas para a sobrevivência do Afrikaner. Afirmava-se ousadamente que o *status quo* havia se tornado insustentável e que todos os cidadãos tinham que ter participação nos processos políticos e legislativos. Qualificou-se este ponto de vista dizendo que a divisão do poder deveria ser tal que nenhum grupo pudesse dominar outro; os direitos das minorias deveriam ser protegidos; e o poder deveria ser devolvido para limitar a interferência do governo. A maneira de conseguir isso era por intervenção de um acordo negociado. Em uma entrevista citada em Max du Preez (2013, 73-75), Pieter de Lange explicou:

O mais dramático no documento era [a percepção] de que haveria um presidente negro no futuro, com todas as implicações que isso teria. O documento foi enviado a todas as divisões do AB ... O Conselho Executivo foi encarregado de visitar todas as regiões e divisões para explicar

o contexto do documento ... Foi uma iniciativa puramente Afrikaner Broederbond (AB) e não teve nada a ver com o Partido Nacional (du Preez 2013, 73-75, tradução nossa)²⁷.

De acordo com De Lange, o PN não reagiu favoravelmente às sugestões do AB, embora houvesse algum “apoio de alguns membros seniores”, mesmo no gabinete, como Barend du Plessis. Aparentemente, F.W. de Klerk estava muito preocupado com o documento [AB]. Ele prosseguiu dizendo que informou P. W. Botha sobre sua reunião em Nova York, suas impressões sobre as posições de Mbeki e do ANC. A reação de Botha aparentemente não foi de surpresa ou raiva e isto fez De Lange pensar que ele “já tinha algo na manga”. De Lange estava correto. O ministro da justiça de Botha, Kobie Coetse, tinha feito uma visita secreta a Nelson Mandela em um hospital na Cidade do Cabo em novembro de 1985 (Mandela foi tratado de uma glândula prostática aumentada). P. W. Botha encorajou Coetsee a manter o contato. Pouco depois desta reunião, Mandela pediu a seu advogado, George Bizos, que viajasse a Lusaka para informar a liderança do ANC no exílio sobre esta reunião. De fato, Bizos viajou para Lusaka mais de uma vez para informar Oliver Tambo sobre os desenvolvimentos. Bizos e o juiz Johann Kriegler tiveram um *briefing* particular com Coetsee após a segunda viagem a Lusaka em fevereiro de 1986.

Um passo decisivo para as negociações formais para acabar com o *apartheid* foi a assinatura do Acordo de Paz de setembro de 1991. E não é por acaso que na seção sobre “operações clandestinas ou encobertas” se lê: “O governo não permitirá qualquer operação das forças de segurança com a intenção de minar, promover ou influenciar qualquer partido ou organização política às custas de outro por meio de quaisquer atos, ou por meio de desinformação”. Mas em 17 de junho de 1992 ocorreu o massacre em Boipatong. A Comissão Goldstone foi designada para investigar o massacre e suas conclusões foram uma surpresa. Como disse F.W. de Klerk:

Então, do nada, em 16 de novembro de 1992, a Comissão Goldstone emitiu uma declaração dramática na qual revelou ter feito uma batida surpresa em um prédio de escritórios em um subúrbio de Pretória, que acabou sendo a sede de uma filial secreta e ultrassecreta da... Força de Defesa Sul-Africana. Durante a batida, a comissão apreendeu arquivos

27 No original: “The most dramatic thing in the document was [the realisation] that there was going to be a black president in the future, with all the implications that would have. The document was sent to all AB divisions ... The Executive Council was tasked with visiting all the regions and divisions to explain the context of the document ... It was a purely Afrikaner Broederbond (AB) initiative and had nothing to do with the National Party (du Preez 2013, 73-75)”.

que apontavam para atividades inaceitáveis na área de investigações da comissão (De Klerk 1996, 259, tradução nossa)²⁸.

A comissão descobriu que Ferdi Bernard, que antes havia sido empregado pelo agora extinto esquadrão de morte do Escritório de Cooperação Civil – havia sido reempregado secretamente, aparentemente para conduzir atividades de propaganda contra o ANC. Este foi mais um exemplo de componentes latentes no processo político sul-africano da época (Pauw 2017). Por outro lado, as mudanças sociais e políticas que minaram os fundamentos do *apartheid*, o crescimento da resistência ao regime racista e a luta ativa contra ele exigiram um vigoroso desafio das massas oprimidas, assim como o fortalecimento de suas organizações. Algumas dessas mudanças, processos e ações foram de natureza ostensiva, enquanto outras foram semi-latentes e algumas foram latentes. Posiciona-se que a época de sua origem foi a segunda metade dos anos 1970.

Identificação do papel do fator personalidade na política latente na África do Sul: final dos anos 1970 até início dos anos 1990

Em qualquer análise do fator personalidade na política latente na África do Sul durante o período em análise, deve-se, desde o início, apontar para os papéis cruciais desempenhados no processo político e na eliminação do *apartheid* por indivíduos como Nelson Mandela, Frederik de Klerk, Oliver Tambo e Thabo Mbeki. Deve-se notar também os papéis de Niël Barnard, Aziz Pahad, Willie Esterhuyse, Kobie Coetsee, Michael Young, bem como o papel de P.W. Botha. O fator personalidade de algumas dessas pessoas será desvendado abaixo.

Uma contribuição notável para a eliminação do *apartheid* foi feita por personalidades como Mandela e o presidente sul-africano, Frederik de Klerk. É a eles, muito merecidamente, que se presta muita atenção nas publicações sobre a queda do sistema do *apartheid*. No entanto, a esse respeito, a maioria dos autores tende a se concentrar em contatos não oficiais e negociações secretas realizadas desde 1985 por representantes do regime e suas mediações com o preso Mandela, e sua posição firme e incorruptível como militante por uma África do Sul democrática. Mas muitos desses estudos negligenciam o papel crucial desempenhado pela liderança de Tambo no ANC. Em outubro de 1987, o NEC do ANC emitiu a “Declaração sobre Negociações” da organização

28 No original: “Then, out of the blue, on 16 November 1992, the Goldstone Commission issued a dramatic statement in which it revealed it had made a surprise raid on an office building in a Pretoria suburb, which turned out to be the headquarters of a covert, ultra-secret branch of the ... South African Defence force. During the raid the commission seized files that pointed to unacceptable activities in the area of the commission’s investigations (De Klerk 1996, 259).”

e posteriormente a publicou em Sechaba, o porta-voz oficial do ANC, em sua edição de dezembro de 1987. A posição do ANC foi baseada nas submissões de 1985 do subcomitê discutido anteriormente neste artigo. A declaração serviu de contraponto à política do governo do *apartheid* sobre negociações enunciada por P.W. Botha em várias ocasiões, incluindo seu chamado discurso “Rubicon”. Ao dirigir-se ao parlamento em 17 de abril de 1987, Botha proclamou que as negociações “não seriam conduzidas com o SACP, grupos terroristas internacionais ou nacionais [presumivelmente aqui ele se referiu especificamente ao MK] ou outros fanáticos [a liderança do ANC]” (SA Bureau of Information 1987, 33, tradução nossa).²⁹ Além disso, em 15 de maio de 1987, Botha elaborou as pré-condições do governo sul-africano para as negociações:

No que diz respeito ao Governo, continua inflexível que ele está disposto a negociar com os cidadãos da África do Sul, desde que não recorram à violência como meio para atingir os seus objectivos políticos e outros, nem chamem agências estrangeiras para os apoiar. As negociações de necessidade implicam que os participantes devem aceitar que nem todos os seus requisitos provavelmente serão atendidos; implica disposição para ouvir, discutir, buscar soluções. Mas essas soluções resultarão de deliberações dos sul-africanos no interesse dos sul-africanos. É com este espírito que o Governo aborda o processo de negociação e quero apelar a todos os que fizeram a mudança para uma mudança pacífica e constitucional, que demonstrem uma disposição semelhante (SA Bureau of Information 1987, tradução nossa)³⁰.

Respondendo a P. W. Botha, a declaração oficial do ANC em outubro de 1987, sobre as negociações, reiterou o ponto de que o movimento de libertação nunca se opôs a um acordo negociado voltado para abordar a questão nacional na África do Sul. Em várias ocasiões, o ANC havia, em vão, pedido ao governo que cessasse a violência perpetuada nas políticas do *apartheid* e que o regime desmantelasse o *apartheid* e entrasse em negociações “desde que visassem a

29 No original: “not be conducted with the SACP, international or national terrorist groups [presumably here he referred specifically to MK] or other fanatics [the ANC leadership] (SA Bureau of Information 1987, 33)”.

30 No original: “As far as the Government is concerned, it remains adamant that it is prepared to negotiate with citizens of South Africa, provided they do not resort to violence as a means of attaining their political and other goals, or call in foreign agencies to support them. Negotiations of necessity imply that participants should accept that not all their requirements are likely to be met; it implies willingness to listen, to discuss, to seek solutions. But these solutions will result from deliberations by South Africans in the interests of South Africans. It is in this spirit that the Government approaches the process of negotiation and I want to appeal to all who have made the change for peaceful and constitutional change, to display similar disposition (SA Bureau of Information 1987).”

transformação de nosso país em um país unido e em uma democracia não-racial”. Uma dessas declarações foi apresentada por Tambo em um discurso em Londres em 29 de outubro de 1985. Esse ponto de vista era sacrossanto, pois esclareceu o objetivo principal de qualquer processo de negociação na África do Sul. Estando plenamente consciente da forma como o governo do *apartheid* havia, no passado, deliberadamente arrastado a questão das negociações exploratórias e “conversas sobre conversas” para ganhar tempo para si mesmo, o ANC sustentou que quaisquer negociações teriam que ocorrer dentro de um prazo definido. Isso foi considerado necessário para atender à necessidade urgente de acabar com o *apartheid* “e levantar o jugo da tirania das massas de nosso povo que já sofreram por muito tempo” (Sechaba 1987, 5, tradução nossa).³¹ A declaração de 1987 também enfatizou a rejeição do ANC de quaisquer negociações secretas (e acordos secretos) pelas costas da maioria oprimida.

A fonte decisiva e determinante na história não é o indivíduo, mas o povo e depois os indivíduos. A sua influência depende das pessoas e da ligação que os indivíduos têm com elas e com a sua atividade social. Para honra de Mandela, ele entendeu e avaliou isso perfeitamente. Para evitar atritos dentro de suas fileiras, o governo sul-africano adotou uma estratégia de dividir para governar na questão das negociações, oferecendo a libertação do encarcerado Nelson Mandela. Esta oferta foi tornada pública pelo então presidente do Estado, P.W. Botha, que estipulou as pré-condições necessárias para a libertação de Mandela durante uma sessão parlamentar no início de 1985.

A resposta de Mandela a Botha também foi lida em público por sua filha, Zinzi, em um comício político em Soweto em 10 de fevereiro de 1985. Nesta resposta contundente, relatada extensamente em Sechaba de abril de 1985 e também discutida em Mandela (1995), ele manifestou sua surpresa com as condições associadas à oferta de sua libertação. Ele sustentou que, essencialmente, ele não era uma pessoa violenta. Ele lembrou a P. W. Botha que na década de 1970, na época da campanha de desafio do ANC, ele e seus colegas escreveram uma carta ao então primeiro-ministro, D.F. Malan, pedindo uma mesa redonda para encontrar uma solução para a questão nacional na África do Sul. Esta carta foi ignorada. Novamente, “quando Strijdom estava no poder, fizemos a mesma oferta. Novamente foi ignorado. Quando Verwoed estava no poder, pedimos uma convenção nacional para que todas as pessoas da África do Sul decidissem seu futuro. Isso, também, foi em vão” (tradução nossa).³² Enfatizando o ponto sobre liberdade e negociações, Mandela disse que apenas pessoas livres poderiam negociar.

³¹ No original: “and lift the yoke of tyranny from the masses of our people who have already suffered for too long” (Sechaba 1987, 5).
³² No original: “when Strijdom was in power, we made the same offer. Again it was ignored. When Verwoed was in power, we asked for a national convention for all the people in South Africa to decide on their future. This, too, was in vain”.

Nelson Mandela reiterou essas opiniões quatro anos depois nas notas que fez em preparação para seu encontro com P.W. Botha em 5 de julho de 1989. Ele escreveu: “Sou um membro leal e disciplinado do ANC, minha lealdade política deve-se principalmente, se não exclusivamente, a esta organização e especialmente à nossa sede em Lusaka, onde a liderança oficial está estacionada e de onde os assuntos são dirigidos” (tradução nossa).³³ Em termos práticos, Mandela queria dizer que ele exigia uma relação orgânica com o ANC e uma orientação rigorosa para a linha política da Aliança do Congresso, especialmente durante as negociações secretas com o regime (McCartan 1990). Como mostrado acima, as conversas preliminares ocorreram em novembro de 1985, mas eram reuniões informais e confidenciais entre Mandela e Kobie Coetsee, quando ele visitou Mandela no hospital. A próxima série de reuniões secretas com Mandela, a partir de 25 de maio de 1988, foi realizada por um pequeno grupo de funcionários sob o comando do chefe do NIS, Niël Barnard – com pleno conhecimento de P.W. Botha. Barnard (2015) diz que não foi informado do encontro de Coetsee com Mandela, mas descobriu logo quando Coetsee pediu à NIS que compilasse um perfil de Mandela para ele – um perfil que se referia a Mandela como carismático, sem dúvida o líder negro mais proeminente do país e um homem sem amargura para com os brancos. Em entrevista citada em Max du Preez (2013), Barnard afirma que conversou com Botha sobre a libertação de Mandela antes mesmo da visita de Coetsee:

Lembre-se, em 1985 houve uma revolta interna e um estado de emergência e, apesar das garantias do ministro Louis le Grange, partes do país eram literalmente ingovernáveis. A ideia de um acordo negociado começou a ganhar força, mesmo com o próprio Botha. Eu disse a ele em várias ocasiões... que quando pensamos em uma solução negociada, devemos pensar também em com quem vamos conversar. Não adianta falar com os patetas, os líderes da pátria. Tivemos que negociar com o núcleo, que era o senhor Mandela. Então aquela semente foi plantada nele... (du Preez 2013, s/p, tradução nossa)³⁴.

33 No original: “I am a loyal and disciplined member of the ANC, my political loyalty is owed primarily, if not exclusively to this organization and especially to our Lusaka Headquarters where the official leadership is stationed and from where affairs are directed”.

34 No original: “Remember, in 1985 there was an internal uprising and a state of emergency and despite minister Louis le Grange’s assurances, parts of the country were literally ungovernable. The idea of a negotiated settlement started gaining traction, even with Botha himself. I told him on several occasions ... that when we think about a negotiated solution, we should also think about who we’re going to talk to. It won’t help to talk to the stooges, the homeland leaders. We had to negotiate with the nucleus, and that was Mr Mandela. So that seed was planted with him ... (REFERÊNCIA).

A posição de Mandela em seu contato com Pretória refletia o pensamento estratégico do ANC, e não sofreu transformações significativas nos anos que antecederam a destruição do *apartheid*. A luta sempre foi pela conquista de uma pessoa por voto, o estabelecimento de uma África do Sul democrática e não racial na qual a maioria governaria. Mas a posição do regime do *apartheid* mudou ao longo do tempo, dependendo da crise particular que enfrentou e do aumento da pressão da maioria oprimida e da comunidade internacional. E, claro, o indivíduo que liderou o estado de *apartheid* – sua capacidade de julgar a situação objetivamente, sentir a necessidade e inevitabilidade das mudanças históricas e tomar as medidas apropriadas. Como Harvey (2001, 116, tradução nossa) escreve: “Mandela era um homem extremamente obstinado na prisão. O ANC [no exílio] consistia em centenas de centenas de guerrilheiros, ativistas e simpatizantes”.³⁵ Manter conversas com Mandela, influente como ele era, não forneceria o acordo que buscava.

As ideias militaristas de P.W. Botha foram expressas pela primeira vez em 1977, enquanto ele era ministro da Defesa no gabinete de Vorster. Botha apresentou os conceitos de “ataque total” e “estratégia total”. O ataque total foi uma formulação de política para dar credibilidade ao que era fundamentalmente uma estratégia para garantir a sobrevivência do racismo e do *apartheid*. Postulava que a ponta sul da África estava sendo “alvo” das forças do marxismo, orquestradas a partir de Moscou, um movimento, declarou ele, que já havia obtido ganhos significativos na forma de Moçambique e Angola de orientação socialista (Holness 1986). Resistir a esse ataque “comunista” exigia que os países da região unissem forças e mobilizassem seus recursos humanos e materiais em uma “estratégia total” bem coordenada, cujo centro estaria na África do Sul – o país economicamente dominante na região. Assim, a estratégia total do regime do *apartheid* tinha duas vertentes: um coercitivo, o outro persuasivo. Na geopolítica internacional, é claro, não pode haver uma demarcação nítida separando essas duas estratégias. A coerção facilmente se transforma em persuasão e vice-versa. Em 7 de março de 1979, em um esforço para sensibilizar o mundo internacional com uma versão “diplomática” do ataque total, “Pik” Botha (o ministro das Relações Exteriores) discursou em uma recepção em Zurique. Anunciou que, doravante, Pretória daria prioridade ao “avanço da nossa própria região da África Austral”, com vista ao “estabelecimento de uma solidariedade subcontinental que formaria a base da cooperação nas importantes esferas da vida” (tradução nossa).³⁶

35 No original: “Mandela was one extremely strong-willed man in prison. The ANC [in exile] consisted of hundreds of hundreds of guerrillas, activists and supporters”.

36 No original: “advancement of our own southern African region, [...] establishment of a sub-continental solidarity which would form the basis for cooperation in the important spheres of life”.

A personalidade histórica precisa ser avaliada em termos de como ela implementa as tarefas reais que essa sociedade enfrenta. Uma personalidade progressista acelera o curso dos acontecimentos, uma conservadora tende a retardá-lo. Deste ponto de vista, Botha dificilmente pode ser mencionado entre os defensores de um estado democrático da África do Sul, promovendo um movimento para o estabelecimento de um estado democrático não racial, governado pela maioria.

Embora se possa argumentar que ele iniciou uma reforma que levou ao desmantelamento do *apartheid* ao libertar presos políticos como Walter Sisulu, Govan Mbeki e Andrew Mlangeni, o vetor de sua atividade não era de forma alguma voltado para o futuro. Ele agiu dentro de sua cultura política e pode-se argumentar que ele serviu como um freio no curso da história e não como um acelerador. Mas este não é o caso em termos de políticas e política latentes. Durante 1984, houve insinuações persistentes de setores oficiais – e no *Sunday Express* de 13 de dezembro – que dois líderes seniores do ANC, Govan Mbeki e Walter Sisulu, poderiam ser libertados. E em novembro de 1984, “Pik” Botha anunciou em uma entrevista na Alemanha Ocidental que o ANC era bem-vindo para participar das discussões constitucionais da África do Sul se abandonasse seus “objetivos violentos”. Todos esses eventos culminaram no jornal de língua africâner, *Beeld*, publicando dois artigos em 11 de dezembro de 1984, indicando que Piet Muller, seu editor assistente, estava em Lusaka para entrevistar membros do executivo do ANC. Ele não poderia ter feito isso sem a permissão de P.W. Botha.

Vários analistas políticos observaram que os artigos publicados por *Beeld* faziam parte de um movimento estratégico, uma espécie de exercício de “empinar pipa” realizado pelo governo sul-africano que estava preparando o público branco para o diálogo com o ANC. Acreditava-se que Kenneth Kaunda desempenhou um papel central na organização das entrevistas entre o jornal pró-establishment e o ANC. Significativamente, os editoriais e artigos de *Beeld* clamavam a P.W. Botha para manter conversações com o ANC, a UDF e o *Inkatha Freedom Party*.

Em 1986, depois que o subcomitê de quatro pessoas apresentou sua proposta, Tambo reclamou ao comitê executivo nacional do ANC que sua liderança estava mal informada e atrasada em relação às ideias que estavam sendo divulgadas entre os *think tanks* do inimigo, sobre modelagem constitucional. A resposta do NEC foi formar um subcomitê sobre diretrizes constitucionais e o artigo sobre “modelos constitucionais”. Também foi liderado por Jordan. Em um dos seminários internos organizados pelo subcomitê de diretrizes constitucionais em 1986 para discutir sua proposta de apresentação, Tambo comentou:

Estou feliz que... estas diretrizes constitucionais propostas não sejam uma série de prescrições que tiramos do céu, como fazem tantos supostos especialistas e como fazem os ricos *Think Tanks*. O mundo ocidental parece abundar com isso... e os governos, incluindo o regime do *apartheid*, que se esconde atrás deles, querem um ajuste ao *apartheid* que... vão preservar firmemente, se não aprofundar, o privilégio econômico, que em nosso país é sinônimo de privilégio racial... eles querem institucionalizar o racismo por meio de suas fórmulas extravagantes e o desejo de proteger os chamados direitos de grupo. Nós, por outro lado, queremos afirmar a soberania do povo (tradução nossa)³⁷.

Mas como parte da sociedade sul-africana ainda se opunha ativamente à abolição do *apartheid* e era apoiada pelas superpotências ocidentais durante a era da política da Guerra Fria, o ANC teve que adotar estratégias táticas perceptivas, e nesse sentido, os primeiros passos no processo de negociação teve que ser feito em formato de política latente. A crítica de O.R. Tambo à política dos EUA em relação ao *apartheid* na África do Sul foi articulada em um discurso em Nova York em 8 de novembro de 1982 e em outras entrevistas. Sua palestra de 1982 foi intitulada “O Congresso Nacional Africano, os Estados Unidos e o Futuro da África do Sul”. Tambo perguntou: o que qualificou P.W. Botha para proteção e apoio inabalável do governo dos EUA? A resposta foi que P. W. Botha foi percebido pelo governo Reagan como um reformador. Aos olhos dos formuladores de políticas dos EUA para a África, Botha estava no poder e, portanto, tinha os meios para iniciar e controlar o processo de mudança.

Portanto, do ponto de vista obstinado do governo dos EUA, eles poderiam lidar com P.W. Botha ao invés de talvez alguns atrativos elementos liberal-reformistas, fora dos corredores do poder. Alguns anos depois, o ANC se encontrou oficialmente com o governo dos Estados Unidos pela primeira vez, em fevereiro de 1987, quando Tambo se encontrou com George Schultz, secretário de Estado dos Estados Unidos. Thabo Mbeki, que esteve entre os envolvidos no planejamento deste importante encontro, lembra que em uma ocasião se reuniram com Chester Crocker para finalizar sua preparação. Crocker disse sem rodeios à delegação do ANC que o encontro com o governo dos EUA tornou-se possível porque a luta armada começou

37 No original: “I am pleased that ... these proposed constitutional guidelines are not a series of prescriptions which we clutch out of the sky as so many so-called experts do and as the wealthy *Think Tanks* do. The Western world seems to abound with these ... and the governments, including the *apartheid* regime which hides behind them, want adjustment to *apartheid* which ...will firmly preserve if not entrench economic privilege, which in our country is synonymous with racial privilege ... they want to institutionalise racism through their fancy formulas and the desire to protect so-called group rights. We on the other hand, want to assert the sovereignty of the people.

a ceifar a vida dos sul-africanos brancos. E em um discurso que ele deu em Doha em 24 de maio de 2010, Mbeki contou que um arrogante Crocker disse que a situação na África do Sul era “importante demais” para ser deixada para os sul-africanos (Ndlovu 2010).

Muito mais interessante é a questão de F.W. de Klerk. O fato de ele estar na vanguarda da história política sul-africana em negociações políticas substantivas, junto com Mandela, é uma combinação de acaso e necessidade. A necessidade de nomear de Klerk para a presidência foi pré-determinada pela necessidade da sociedade sul-africana de substituir um Botha “militarista”.

Diferentemente do papel de Tambo e Botha, as discussões entre Mandela e De Klerk, iniciadas em 1990, são descritas em detalhes na literatura. Eles foram sustentados por muitos elementos da política latente. Kasrils (1998), por exemplo, acredita que De Klerk fez um jogo duplo e, durante as negociações, sancionou, em sigilo, o assassinato de ativistas do ANC e fomentou a violência nas áreas urbanas. O terrível massacre em Boipatong em 1992 proporcionou tanto à OUA (Organização da Unidade Africana) quanto à ONU, como a membros da comunidade internacional, uma oportunidade de agir decisivamente em relação às negociações substantivas na África do Sul. Em 17 de junho de 1992, 48 moradores de Boipatong foram massacrados em suas casas quando aproximadamente 200 homens, supostamente partidários do *Inkatha Freedom Party*, fortemente armados com armas, facas e machados invadiram o município geralmente pacífico.

O assassinato de moradores inocentes de Boipatong, ocorrido logo após explosões violentas em Rand Oriental, Rand Ocidental e Natal, zombou do Acordo Nacional de Paz assinado pelas várias formações políticas. Esse acordo não valia mais nem o papel em que foi escrito; havia sido violado e isso representava um perigo muito real para as negociações da CODESA. Até que os responsáveis fossem presos, as declarações do comissário de polícia e F.W. de Klerk não podiam ser levadas a sério. Era comum afirmar que grande parte da violência foi perpetrada por elementos da “terceira força”, assassinos sombrios controlados ou pelo menos ligados a membros das forças de segurança sul-africanas. A manchete do *Sunday Star* de 21 de junho foi “Codesa pode desmoronar” e, logo em seguida, em 22 de junho de 1992, o NEC do ANC anunciou formalmente sua retirada das negociações com o regime. Foi relatado no *Cape Times* no dia seguinte que o ANC estava realizando o que chamou de “conversas de crise”.

A estratégia do ANC serviu como um guia de princípios na luta contra o *apartheid* e nas negociações com Pretória. Foi o resultado de uma cuidadosa estratégia da liderança coletiva do ANC, durante trinta anos, chefiada por Tambo. Ele tinha uma profunda compreensão teórica da situação interna e internacional, da prática pública, oculta e aberta; a capacidade de manter a simplicidade e clareza de pensamento nas condições mais

difíceis e cumprir os planos táticos e a estratégia política. Um líder com a perspicácia tática de Tambo estava ciente da possibilidade de mudança política na correlação de forças sociais, podia entender qual caminho escolher, como combinar política latente e aberta e como transformar oportunidade histórica em realidade. Tambo foi uma grande personalidade histórica que liderou o ANC no exílio durante a prisão de Mandela e o que verificou-se foi, em grande parte, o resultado de uma liderança forte e estável, durante trinta anos, de Tambo. Ele retornou à África do Sul no final de 1990 para participar da Conferência Consultiva Nacional do ANC. Falando após a conferência em 16 de dezembro de 1990, Tambo destacou:

Levamos muitos anos de luta cruel e sangrenta para persuadir o Partido Nacional a abrir conversações com os verdadeiros líderes da maioria negra... Estou diante de vocês na companhia daquele ilustre filho do nosso povo, meu irmão e amigo, o camarada Nelson Mandela. O que ele disse tantas vezes sobre mim, seja verdade ou não, quero repetir a ele mil vezes, e isso abrange todos os anos da nossa vida política, estejamos presos ou não... até hoje, quando o chefe do governo acha necessário buscar a opinião de um líder africano... Somos tão capazes de governar um país quanto qualquer outra pessoa... A África do Sul está na encruzilhada... [Devemos] ... cumprir nossas responsabilidades e nos envolver em um diálogo honesto e sério (tradução nossa)³⁸.

Os anos de trabalho tenso e perigoso prejudicaram a saúde de Tambo e causaram sua morte prematura, mas seu nome está entre os maiores filhos da África do Sul. Considerando o papel da personalidade individual, Mandela não era de forma alguma o único canal do ANC, por meio do qual o movimento de libertação e seus aliados poderiam prosseguir o processo de negociação com Pretória.

Em outro exemplo de política latente, de agosto de 1984 a maio de 1987 na Zâmbia e no Senegal, várias reuniões foram realizadas entre a liderança do ANC e representantes da elite intelectual e dos círculos empresariais da África do Sul para desenvolver um entendimento mútuo entre o ANC e a comuni-

38 No original: "It has taken us many long years of grim and bloody struggle to persuade the National Party to open talks with the true leaders of the black majority ... I stand in front of you in the company of that illustrious son of our people, my brother and friend, Comrade Nelson Mandela. What he has said about me so many times, whether it is true or not, I want to repeat to him a thousand times, and this covers all the years of our political life, whether we were in jail or not ... It covers our position to this day when the head of the government feels it necessary to seek out the opinion of an African leader ... We are as capable of running a country as anybody else ... South Africa is at the crossroads ... [We must] ... live up to our responsibilities and engage one another in an honest and serious dialogue".

dade branca. Então, em outubro de 1987, uma série de negociações secretas entre os emissários de Pretória e a delegação do ANC começou em Marlow, na Inglaterra. De particular importância aqui foi que não havia representantes do público presentes. Eram contatos indiretos e ocultos entre autoridades de liderança “de dentro”. Embora formalmente o grupo de negociadores de Pretória fosse liderado por Willie Esterhuyse, ele concordou em cooperar com Barnard (NIS), que assumiu o controle com o apoio de Botha (que aparentemente assistia com expectativa nos bastidores).

A equipe de negociação do ANC foi liderada inicialmente por Aziz Pahad, mas a partir de fevereiro de 1988 Thabo Mbeki, que era então o chefe de Informação e Publicidade do ANC, assumiu. Durante essas reuniões, foi estabelecido um enquadramento construtivo para ampliar os acordos sobre uma resolução política. O organizador do canal de comunicação externo entre os dois lados do processo de negociação foi Michael Young, da empresa britânica *Consolidated Gold Fields* (CGF, sigla em inglês). Young, que era o chefe de comunicação e assuntos corporativos da CGF, participou do processo de negociação, não tanto por sua boa vontade como pessoa humana, mas por entender que o *apartheid* estava causando danos econômicos significativos à mineradora para a qual ele trabalhava, e cuja principal subsidiária estava em Joanesburgo (Du Preez 2013; Ndlovu 2013).

Ainda pelo lado econômico, além da insurreição política, o discurso “Rubicon” de P.W. Botha, em agosto de 1985, foi desastroso para o governo sul-africano. Nos anos seguintes, o Rand entrou em colapso e isso fez com que uma série de outros bancos internacionais parassem de rolar a dívida do país. A reputação financeira da África do Sul em todo o mundo estava em frangalhos e a situação, dentro e fora do país, estava se apertando. Mesmo De Klerk (1996, 122, tradução nossa) foi obrigado a admitir em retrospecto que houve um “sério colapso da confiança internacional na capacidade do governo sul-africano de lidar com a escalada da crise”³⁹ de todos os lados.

A fase final da luta contra o *apartheid*, especialmente a sua parte negocial, foi empreendida em público e, assim, a vitória final das forças de libertação é, por vezes, rotulada de “revolução negociada”, por exemplo de Sparks (1995, 15), e está associada ao papel de personalidades proeminentes como Mandela e De Klerk. Parece que neste caso há uma espécie de distorção da imagem real das relações causa-efeito. Vladimir Shubin observa astutamente: “O que realmente importava não era a boa vontade de uma ou outra figura política, por mais importante que fosse, mas o desenvolvi-

39 No original: “serious collapse of international confidence in South African government’s capacity to handle the escalating crises’ from all sides”.

mento da luta, que levou à crescente pressão sobre o regime, dentro e fora da África do Sul” (Shubin 2008, 282, tradução nossa).⁴⁰

Conclusão

A discussão acima nos leva a concluir que para uma adequada compreensão do conteúdo da política pública sul-africana neste período, é necessário explorar o componente que G. Almond designou como “políticas latentes” ou “política latente”. A política latente é uma esfera especial da atividade humana, principalmente relacionada à realização de interesses ocultos ou ao uso de métodos secretos para obter, reter e usar o poder. À medida que o domínio do *apartheid* aumentava e toda a esperança de mudança pacífica parecia estar desaparecendo, tornou-se evidente para o ANC que não poderia descartar novas mudanças e “realinhamentos sísmicos dramáticos” e o subcomitê de negociações raciocinou que, se as negociações fossem vistas como fornecendo outro terreno relevante para a luta, em vez de ser um meio de encerrar a luta, o ANC não tinha motivos convincentes para rejeitar as negociações com o campo inimigo.

No entanto, como demonstrado na Namíbia, os adversários podem pressionar por negociações na África do Sul para usar o processo como um meio de ganhar tempo e forçar o ANC a encerrar a luta. Além disso, devido à dependência do ANC dos estados da linha de frente, incluindo o apoio diplomático e moral dos países africanos, o movimento de libertação teve que enfrentar a perspectiva de ser forçado a negociar. Portanto, em sua “*Submission on the Question of Negotiations*” em 1985, o subcomitê aconselhou o ANC a abordar as negociações substantivas propostas como um meio de vencer a batalha na mesa de negociações e, no processo, estaria consolidando o que o MK não havia ganhado no campo de batalha. Em outras palavras, o ANC entraria em negociações com o regime do *apartheid* como meio de perseguir seus objetivos políticos, complementando os meios convencionais do movimento de libertação.

O subcomitê de negociações do ANC, estabelecido por Tambo, expressou a opinião de que o ANC não tinha outra opção a não ser estar vigilante e bem organizado caso as negociações substantivas com o governo do NP fossem iniciadas. Antecedentes históricos provavam que as negociações e a forma que elas assumiram eram determinadas, em grande medida, pelas forças relativas das partes em conflito, ou seja, qual parte estava em

⁴⁰ No original: “What really mattered was not the goodwill of one or the other political figure, however important, but the development of the struggle, which led to the growing pressure on the regime from inside and outside South Africa (Shubin 2008, 282)”.

ascensão e qual estava em declínio. Portanto, caso o ANC mantivesse conversações com o regime do *apartheid*, voluntariamente ou por força das circunstâncias, esperava-se que a organização extraísse da nova situação a condição ideal para a continuação da luta de libertação.

Muitas opções para classificar os tipos de política latente podem ser sugeridas. Primeiro, por fazer parte da política como um todo, inclui-se a classificação geral da política (como econômica, militar, internacional etc.). Em segundo lugar, é possível designar toda uma série de classificações que refletem a natureza especial da política latente: o desenvolvimento e a promoção da estratégia política da “dupla entidade”; inteligência política; ações encobertas forçadas (operações ativas); opinião pública não divulgada e sua influência; campanhas de desobediência e resistência pacífica desestabilizadora; operações psicológicas e informativas encobertas; diplomacia não pública e atividade de estruturas ilegais secretas na esfera da política mundial; atividades clandestinas ocultas e ilegais de partidos políticos (isso não se aplica a operações militares, psicológicas ou de informação); criação e atividade legal de estruturas “subsidiárias” da clandestinidade política; “gestão confidencial” de partidos políticos, tanto legais quanto proibidos; operações de *lobby*; atividades ilegais de grupos terroristas, criminosos e formações militares não estatais; a atividade política secreta de estruturas privadas e comerciais, e assim por diante.

O estudo da política latente é possível no âmbito de um ramo especial da ciência política – a ciência da política latente (ou, usando uma terminologia breve – a latentologia política). É um sistema de conhecimento que explica as leis, tendências e formas de implementação da política latente, com a ajuda de paradigmas, categorias e métodos apropriados. Por exemplo, a lei diz que o aumento da “furtividade” da política latente leva à crescente tendência de degradação de seu conteúdo político, ou que o aumento da transparência da política latente reduz a segurança de seus sujeitos e complica o cumprimento de suas funções específicas. Uma regularidade importante da política latente é o círculo estreito de seus sujeitos e participantes, o fortalecimento do papel de líderes políticos, grupos restritos de profissionais e indivíduos (Kurillo 2013).

O documento preliminar do ANC de 1986 sobre diretrizes constitucionais forneceu a estrutura para o documento final adotado pelo ANC em 1988. O documento preliminar se qualifica como um documento primário que influenciou a nova Constituição Sul-Africana após o fim do *apartheid* em 1994. Os autores do documento de 1986, sobre diretrizes constitucionais, destacam as cinco questões principais como fundamentais para a proposta da Declaração de Direitos, que foi sugerida anteriormente por Jordan. Estes foram (i) princípios básicos; (ii) política e exercício de direitos; Estado majoritário em oposição à proteção dos direitos dos grupos; (iii) liberdade econômica,

posse de terra e propriedade; (iv) a escolha entre um sistema presidencialista e primeiro-ministro; e (v) o sistema legal e o judiciário. A nova Constituição Sul-Africana de 1996 abordou todas essas questões pertinentes.

Em termos de política e políticas latentes e do fator personalidade, argumentou-se neste artigo que, tanto O.R. Tambo quanto P.W. Botha, desempenharam papéis cruciais no estabelecimento de uma base sólida, sobre a qual Mandela e De Klerk foram capazes de convocar a CODESA e conduzir negociações substantivas na África do Sul, levando a uma conclusão bem-sucedida (Ndlovu 2010; 2013).

Referências

- Adam, Heribert, e Hermann Giliomee. 1979. *Ethnic Power Mobilized: Can South Africa Change?*. New Haven: Yale University Press.
- Almond, Gabriel A. 1960. "Public Opinion and the Development of Space Technology". Paper presented at a conference on the International Political Implications of Activities in Outer Space, New York, Outubro 22–23.
- ANC (African National Congress). 1977. "Colonialism of a Special Type". <http://www.anc.org.za/content/apartheid-south-africa-colonialism-special-type>.
- _____. 1985. "Mandela's Reply to Botha: Your Freedom and Mine cannot be Separated". Sechaba, Abril.
- _____. 1987. "Statement on Negotiations", 9 de Outubro de 1987. Sechaba, Dezembro.
- Barnard, Niel. 2015. *Secret Revolution: Memoirs of a Spy Boss*. Cape Town: Tafelberg.
- Braam, Conny. 2005. *Operation Vula*. Cape Town: Jacana Media.
- Bradley, Robert N. 1911. *Latent History and Politics*. London: Murray & Evenden.
- Breen, Richard. 2000. "Why is Support for Extreme Parties Underestimated by Survey? A Latent Class Analysis". *British Journal of Political Science* 30 (2): 375–382.
- Brewer, John D. 1986. *After Soweto: An Unfinished Journey*. Oxford: Clarendon Press.
- Butler, Jeffrey, Robert I. Rotberg, e John Adams. 1978. *The Black Homelands of South Africa: The Political and Economic Development of Bophuthatswana and KwaZulu*. Berkeley: University of California Press.

- Clark, Nancy L., e William H. Worger. 2013. *South Africa: The Rise and Fall of Apartheid*. New York: Routledge.
- Crocker, C. 1993. *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighbourhood*. Johannesburg: Jonathan Ball.
- Cruden, Alex, e Dedria Bryfonski. 2010. *The End of Apartheid*. Detroit: Greenhaven.
- De Klerk, F.W. 1996. *The Last Trek. The New Beginning? The Autobiography*. London: Pan Books.
- Du Preez, M. 2013. "The National Party and the Changing of the Minds: The 1970s and the 1980s". In *SADET*, Vol. 6, Part 1, *The Road to Democracy in South Africa*, 36–87. Pretoria: University of South Africa Press.
- Eades, Lindsey M. 1999. *The End of Apartheid in South Africa*. Westport: Greenwood Press.
- Gilder, Barry. 2012. *Songs and Secrets*. New York: Columbia University Press.
- Guelke, Adrian. 2005. *Rethinking the Rise and Fall of Apartheid: South Africa and World Politics*. New York: Palgrave Macmillan.
- Hagenaars, Jacques, e Allan L. McCutchen. 2002. *Applied Latent Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Harvey, Robert. 2001. *The Fall of Apartheid: The Inside Story from Smuts to Mbeki*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Hegel, Georg W.F. 2001. *The Philosophy of History*. Kitchener: Batoche Books.
- Helmke, Gretchen, e Steven Levitsky, eds. 2006. *Informal Institutions and Democracy: Lessons from Latin America*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Holness, M. 1986. "Angola: The Struggle Continues". In *Destructive Engagement: Southern Africa at War*, organizado por P. Johnson e D. Martin. Harare: Zimbabwe Publishing House.
- Houston, G. 2010. "The ANC's Armed Struggle in the 1980s". In *SADET*, Vol. 4, Part 2, *The Road to Democracy in South Africa*, 1037-1225. Pretoria: University of South Africa Press.
- Huntington, Samuel P. 1981. "Reform and Stability in a Modernizing, Multi-Ethnic Society". *Politikon* 8 (2): 8–26.
- Jordan, P. 1985. "The New Face of Counter-revolution: A Briefing Paper". Presented to the NEC of the ANC, Lusaka, Julho de 1985.
- . 1988. "The South African Liberation Movement and the Making of a New Nation". In *The National Question in South Africa*, organizado por M. van Diepen. London: Zed Books.
- Kane-Berman, John S. 1990. *South Africa's Silent Revolution*. Johannesburg: Southern.

- Kasrils, Ronald. 1998. *Armed and Dangerous: From Undercover Struggle to Freedom*. Bellville: Mayibuye Books.
- Keable, Ken. 2012. *London Recruits: The Secret War against Apartheid*. Pontypool: Merlin Press.
- Kurillo, Vadim. 2013. *Latentnaya politika. Politicheskaya latentologiya*. Moscow: Sputnik+
- Lazarsfeld, P. 1950. "The Logical and Mathematical Foundation of Latent Structure Analysis". In *Studies in Social Psychology in World War II: The American Soldier*, Vol. 4, organizado por S.A. Stouffer. Princeton: Princeton University Press.
- Lenin, Vladimir I. 1975. "What is to be Done?". In *Selected Works*, Vol. 1. Moscow: Progress Press.
- Magubane, B.M. 2013. "The Beginning of the End: The Garrison State is Finally Dismantled". In *SADET*, Vol. 6, Parte 1, *The Road to Democracy in South Africa*, 1–35. Pretoria: University of South Africa Press.
- Maharaj, Mac. 2008. *The ANC and South Africa's Negotiated Transition to Democracy and Peace*. Berlin: Berghof Research Centre for Constructive Conflict Management.
- Mandela, Nelson. 2000. *Long Walk to Freedom: The Autobiography of Nelson Mandela*. London: Abacus.
- McCartan, Greg. 1990. *Nelson Mandela: Speeches*. Randburg: Pathfinder.
- Merton, Robert. 1957. *Social Theory and Social Structure*. Glencoe: Free Press.
- Mzamane, M., B. Maaba, e N. Biko. 2006. "The Black Consciousness Movement". In *SADET*, Vol. 2, *The Road to Democracy in South Africa*, 99–159. Pretoria: University of South Africa Press.
- Ndlovu, S.M. 2010. "The African National Congress and Negotiations". In *South African Democracy Education Trust (SADET)*, Vol. 4, Parte 1, *The Road to Democracy in South Africa*, 63–31. Pretoria: University of South Africa Press.
- . 2013. "The ANC, CODESA, Substantive Negotiations and the Road to the First Democratic Election". In *SADET*, Vol. 6, Parte 2, *The Road to Democracy in South Africa*, 723–794. Pretoria: University of South Africa Press.
- . 2017. *Soweto Uprisings: Counter-memories of June 1976*. Johannesburg: Pan Macmillan.
- . 2018. "Sowing the Seed of Political Mobilisation in Bantustans: Resistance to the Cession of the KaNgwane Bantustan to the Kingdom of Swaziland". *Journal of Contemporary History* 43 (1): 43-69.
- Nixon, Ron. 2016. *South Africa's Global Propaganda War*. London: Pluto Press.

- Nyameko, R.S., e Singh, Q. 1977. "The Role of the Black Consciousness Movement in the South African Revolution". *The African Communist* 68: 34-47.
- O'Brien, Kevin A. 2011. *The South African Intelligence Services: From Apartheid to Democracy, 1948–2005*. London and New York: Routledge.
- Papenfus, Theresa. 2010. *Pik Botha and his Times*. Pretoria: Litera.
- Pauw, Jacques. 2017. *In the Heart of the Whore: The Story of Apartheid's Squads*. Johannesburg and Cape Town: Jonathan Ball.
- Pratt, Paula B. 1995. *The End of Apartheid in South Africa*. Farmington Hills: Lucent Books.
- Price, Robert M. 1991. *The Apartheid State in Crisis: Political Transformation in South Africa, 1975–1990*. Oxford: Oxford University Press.
- Renwick, Robin. 1997. *Unconventional Diplomacy in Southern Africa*. London: Macmillan.
- Rosenthal, Richard. 1998. *Mission Improbable: A Piece of South African Story*. Cape Town: David Philip.
- SACP (South African Communist Party). 1962. "The Road to South African Freedom: Programme of the SACP". www.anc.org.za/historical-docs
- Sanders, James. 2006. *Apartheid's Friends: The Rise and Fall of South Africa's Secret Service*. London: John Murray.
- Scott, Peter D. 1993. *Deep Politics and the Death of JFK*. Berkeley: University of California Press.
- . 2015. *The American Deep State: Big Money, Big Oil and the Struggle for U.S. Democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Seekings, Jeremy. 2010. "Whose Voices? Politics and Methodology in the Study of Political Organisation and Protest in the Final Phase of the 'Struggle' in South Africa" *South African Historical Journal* 62 (1): 7–28.
- Shubin, Vladimir. 2008. *ANC: A View from Moscow*. Cape Town: Jacana Media.
- Sonneborn, Liz. 2010. *The End of Apartheid in South Africa*. Broomall: Chelsea House Press.
- South Africa. 1998. *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report*. Vol. 1, Chap 8; e Vol. 5, Chap. 8. Cape Town: TRC.
- South African Bureau of Information. 1987. *Talking with the ANC*. Johannesburg.
- Sparks, Allister. 1995. *Tomorrow is Another Country: The Inside Story of South Africa's Negotiated Revolution*. London: Heinemann.
- Thompson, Leonard, e Jeffrey Butler, eds. 1975. *Change in Contemporary Africa*. Berkeley: University of California Press.

- Turok, B., Kgalema Motlanthe, Pallo Jordan, Jeff Radebe, S'Bu Ndebele, Nkosazana Dlamini-Zuma, Adekeye Adebajo, Mathole Motshekga, e Febe Potgieter-Gqubule. 2010. *The Historical Roots of the ANC*. Johannesburg: Jacana.
- Van Zyl Slabbert, Frederik. 2006. *The Other Side of History*. Johannesburg, Jonathan Ball.
- Waldmeir, Patti. 1997. *Anatomy of a Miracle: The End of Apartheid and the Birth of New South Africa*. London: Viking.
- Williams, Walter E. 1989. *South Africa's War Against Capitalism*. New York: Praeger.

RESUMO

Este artigo explora o fenômeno da política latente na África do Sul durante a era do *apartheid*. O termo “políticas/política latente” foi introduzido no uso científico por Gabriel Almond. No campo da ciência política, políticas/política latentes referem-se a uma esfera de política oculta, total ou parcialmente não observada, sustentada por fatores de personalidade. O processo político na África do Sul mostra muitos exemplos de política latente. Por exemplo, as revoltas de Soweto e a onda de agitação em meados de 1976 marcaram o início da fase final da luta contra o *apartheid*. Além disso, na queda do *apartheid*, fatores de personalidade ocultos também são aparentes, e aqui o papel dos movimentos de libertação foi de importância decisiva. Organizações como o Congresso Nacional Africano (ANC), o Congresso Pan-Africanista (PAC) e outros movimentos históricos de massas como os movimentos operários e o Movimento da Consciência Negra (MCN) também são estudados nesse contexto. Uma exploração da política latente permite a divulgação inclusiva de vários aspectos do processo político.

PALAVRAS-CHAVE:

Política latente. Apartheid. Movimento de Libertação Nacional. Negociações secretas. Ação Coercitiva. Inteligência Política. Fator de Personalidade.

Recebido em 10 de maio de 2022

Aceito em 10 de junho de 2022

Traduzido por Amabilly Bonacina